



MUNICÍPIO DE SANTA ROSA - RS  
Concurso Público nº 01/2013

Nº da inscrição \_\_\_\_\_

## Procurador(a) Jurídico(a)

### INSTRUÇÕES

Leia e siga atentamente as instruções abaixo:

1. Acompanhe, com o fiscal, a **conferência da paginação e número de questões do seu Caderno de Prova**, apontando imediatamente qualquer falha encontrada.
2. Leia toda a prova para tomar contato com os assuntos em questão.
3. Em cada questão deve ser assinalada somente **uma** das alternativas.
4. Na avaliação desta prova, somente serão consideradas as respostas marcadas adequadamente no **"CARTÃO-RESPOSTA"** de computador, que não deve conter rasuras. **Questões que contenham respostas com rasuras ou mais de uma alternativa assinalada serão anuladas.**
5. O tempo de duração desta prova é de até **quatro** horas (das 8 às 12 horas), contado a partir do sinal do início da mesma.
6. **Os candidatos poderão levar o caderno de provas, depois de transcorridas 02 (duas) horas do início da mesma. O tempo mínimo de permanência do candidato no certame é de 01 (uma) hora.**
7. Qualquer pedido de esclarecimento deverá ser dirigido, em voz alta, ao fiscal da sala.
8. As 60 (sessenta) questões da prova são de múltipla escolha. Leia com atenção o(s) texto(s) e os enunciados das questões. **Para evitar rasuras no "CARTÃO-RESPOSTA"**, ao encontrar a alternativa correta, segundo o enunciado da questão, assinale a alternativa correta na GRADE-RASCUNHO, a qual consta na última folha da prova. Posteriormente, transcreva a alternativa no "CARTÃO-RESPOSTA".
9. Os dois últimos candidatos que assinarem a Ata de Presença deverão acompanhar o fiscal de sala para a conferência dos cartões.
10. Estrutura da Prova por disciplina:

Disciplinas da Prova	Nº de questões	Pontuação por questão
Parte I – Língua Portuguesa	10 (dez) questões	1,0 (um) ponto
Parte II – Legislação Municipal	10 (dez) questões	1,0 (um) ponto
Parte III – Conhecimentos Específicos	40 (quarenta) questões	2,0 (dois) pontos

**Prova Teórica – 04/08/2013**

Entidade Executora: FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do RS  
Site: <http://www.unijui.edu.br/asc/concursos-publicos>

## PARTE I – LÍNGUA PORTUGUESA

### **Um protesto diferente abrindo os olhos do Brasil – José Cícero (20/06/2013)**

1	Todos os que cultivam de algum modo os valores democráticos hão de estar contentes, além
2	de entusiasmados em ver o povo nas ruas em protesto (que se imagina pacífico), fazendo uso do
3	seu direito ___ liberdade de livre manifestação. Gentes de todas as classes e idades
4	reivindicando legítimas melhorias para a sociedade. Mas não é só isso...
5	Muito mais alegres, certamente, estarão os que de algum modo, noutros tempos ainda mais
6	difíceis, lutaram e resistiram bravamente contra a ditadura e os _____ dos anos de chumbo.
7	Os que tiveram que arriscar a própria vida para que hoje, esta geração (meio que apolítica)
8	pudesse usufruir desta conquista histórica chamada liberdade, alicerçada na democracia e no
9	estado de Direito.
10	Algo que, diga-se de passagem, não foi assim tão fácil, sendo o resultado de uma longa
11	batalha contra os leões sanguinolentos da ditadura militar. Muitos destes bravos combatentes
12	não estão mais aqui para testemunharem este momento assaz afirmativo do século XXI. Posto
13	que foram covardemente assassinados pela repressão. Razão pela qual é justo que, pelo menos,
14	as novas gerações possam, quem sabe, cultivar as suas memórias.
15	Contudo, é preciso avaliar com calma este atual momento de protesto, _____ passa a
16	maioria das grandes e médias cidades brasileiras, sobretudo pelo que este movimento
17	apresenta de inusitado, novo e diferente em se tratando de luta social. Algo quase sem nenhum
18	paralelo na história recente do Brasil.
19	Não cabendo, portanto, nenhum tipo de análise apressada sob a ótica da velha padronização
20	sociológica. Quase sempre baseada em outros acontecimentos progressos da vida brasileira.
21	Notadamente, por se tratar, (pelo menos superficialmente), de um movimento apartidário,
22	sem lideranças formais e 'desideologizado'. O que não se pode considerá-lo 'apolítico' na sua
23	_____ e, tampouco sem um ideal de bandeira. Mesmo sendo possível perceber um certo
24	'oba-oba juvenil' no qual muitas 'raposas com pele de carneiro' estão de certa maneira, a pegar
25	carona, mesmo sem poderem estar lá no meio do povo, por uma série de razões. Dentre as
26	quais o fato de apoiarem ou fazerem parte dos governos. Ou mesmo _____ um dia já
27	estiveram lá...
28	Curiosamente não se é possível _____ conceituar este movimento como de direita, de
29	esquerda ou de centro. Muito menos de elite, pobres ou miseráveis. Talvez por estas
30	imperceptíveis nuances é que corre o risco de se tornar inegociável do ponto de vista do diálogo
31	e da própria pauta reivindicatória comum a qualquer movimento político-social.
32	Sem um direcionamento cerebral torna-se inapelavelmente uma porta aberta para que
33	vândalos, oportunistas de plantão, baderneiros e outros tipos sem escrúpulos possam se infiltrar,
34	desqualificando-o perante a opinião pública.
35	Dando margem para que muitos, inclusive a imprensa, não venham a descaracterizar sua
36	base legal, bem como o seu alto caráter de legitimidade democrática. Como de resto, urge que
37	não se torne brincante, trivial irresponsável e violento.
38	Portanto, não é sequer razoável a afirmação de que tal movimento de protesto reside apenas
39	no fato da mera Redução das Tarifas dos transportes coletivos, mas sim no interesse pleno da
40	democracia, como também na defesa de outras melhorias e direitos sociais. Além da _____
41	popular contra a corrupção desenfreada, a violência, a impunidade, a desigualdade, a falta de
42	maiores investimentos em setores como educação, saúde, transporte, bem como pelos altos
43	valores gastos com a realização da Copa, dentre outros.
44	Coisas que, por conta da contradição dos altos custos financeiros empregados nas
45	construções dos Estádios para a Copa do Mundo, resistiram bravamente contra a ditadura e os
46	_____ dos anos de chumbo. E olha que Havelange e Teixeira nem estão mais lá... Por fim,
47	o protesto é legítimo. Em linhas gerais, há, entretanto, que se fazer valer a democracia.
48	Porém, em nome da cidadania é preciso respeitar a ordem, a lei e a garantia da segurança
49	pública ante o direito de ir e vir. Da mesma forma, a preservação do patrimônio, das instituições e
50	dos espaços público.
51	O protesto acima de tudo é uma evidência gritante de que muita coisa precisa ser melhorada
52	neste país das "mil maravilhas televisivas", além da necessidade de se fazer valer outras
53	garantias na esfera social como um todo. Assim como a ampliação das mudanças e a ética na
54	política.
55	É urgente, portanto, refletir sobre tudo isso, assim como se ouvir e respeitar as vozes das
56	ruas. Mesmo sabendo que o grande protesto terá que ser travado nas urnas, durante as
57	_____ eleições que acontecem neste país.
	Com ajustes. Disponível em: <a href="http://blogdaaurorajc.blogspot.com.br/2013/06/artigo-de-opinioao-um-protesto-diferente.html">http://blogdaaurorajc.blogspot.com.br/2013/06/artigo-de-opinioao-um-protesto-diferente.html</a> . Acesso em 25/06/2013.

1. A alternativa formada por palavras escritas de forma **correta** que preenchem, **respectivamente**, as lacunas nas linhas 6, 23, 40 e 57 é:
- excessos – essência – ogeriza – sucessivas.
  - excessos – essência – ojeriza – sucessivas.
  - exceços – escência – ojerisa – suscessivas.
  - esseços – essência – ogerisa – sucescivas.
  - excessos – essênsia – ojerisa – suscessivas.
2. A alternativa formada por palavras que completam **correta e respectivamente** as lacunas nas linhas 3, 15, 26 e 28 é:
- a – por que – por que – se quer.
  - à – porque – por quê – sequer.
  - à – por que – porque – sequer.
  - a – por quê – por que – se quer.
  - há – por que – por que – sequer.
3. Assinale a opção em que a interpretação feita **não** encontra suporte no texto:
- Todos os brasileiros cultivam valores democráticos, por isso estão contentes com os protestos vistos nas ruas.
  - Os protestos não estão baseados apenas na reivindicação pela diminuição das tarifas do transporte coletivo.
  - Segundo o autor o movimento não deve ser visto como brincadeira, como desencadeador de violência, nem como motivo para atos irresponsáveis.
  - O movimento não pode ser caracterizado como partidário.
  - O país já viveu momentos de violência.
4. A Língua Portuguesa dispõe do recurso da prefixação, a fim de criar palavras com novos significados. No vocábulo **inapelavelmente** (linha 32), há um prefixo que indica negação. Das palavras citadas a seguir, assinale aquela em que essa ideia **não** esteja presente:
- descaracterizar (linha 35).
  - impunidade (linha 41).
  - desqualificando (linha 34).
  - infiltrar (linha 33).
  - apartidário (linha 21).
5. Leia atentamente as afirmações a seguir:
- I – Apesar de reconhecer a importância dos protestos realizados, para o autor há um outro maior, a ser feito com o voto.
- II – Ao afirmar “E olha que Havelange e Teixeira nem estão mais lá...”(linha 46), fica implícito que tais dirigentes tomaram atitudes que desagradaram as pessoas.
- III – Do trecho “Sem um direcionamento cerebral torna-se inapelavelmente uma porta aberta para que vândalos, oportunistas de plantão...” (linhas 32 e 33) entende-se que o movimento não é inteligente, por isso há presença de vândalos e oportunistas, entre outros.
- A alternativa **correta** é:
- apenas a I.
  - apenas a II.
  - apenas a III.
  - apenas I e II.
  - apenas II e III.
6. Assinale a alternativa em que se faz uma afirmação **errada**:
- A palavra “assaz” (linha 12) poderia ser substituída sem prejuízo de significado por “bastante”.
  - O fato de políticos participarem ou apoiarem o governo impede-os de se fazerem presentes nos protestos, mas não de tentarem tirar benefício disso.
  - Em “Dentre **as quais** o fato de apoiarem ou fazerem parte dos governos” (linhas 25 e 26), a expressão em destaque refere-se a “razões” (linha 25).
  - Passando o trecho “a qualquer movimento político-social” (linha 31) para o plural, ficaria “a quaisquer movimentos políticos-sociais”.
  - Em “O protesto acima de tudo é uma evidência gritante de que muita coisa precisa ser melhorada neste país das “mil maravilhas televisivas” (linhas 51 e 52) permite entender que a televisão apresenta fatos e situações de forma diferente do que são na realidade.

7. São casos em que foi usada a linguagem **conotativa** os trechos destacados, **exceto**:
- “resistiram bravamente contra a ditadura e os \_\_\_\_\_ dos anos de chumbo” (linha 6).
  - “sendo o resultado de uma longa batalha contra os leões sanguinolentos da ditadura militar” (linhas 10 e 11).
  - “Sem um direcionamento cerebral torna-se inapelavelmente uma porta aberta para que vândalos...”(linhas 32-33).
  - “muitas ‘raposas com pele de carneiro’ estão de certa maneira, a pegar carona”(linhas 24-25).
  - “Muitos destes bravos combatentes não estão mais aqui para testemunharem este momento assaz afirmativo do século XXI” (linhas 11-12).

8. Leia atentamente as assertivas a seguir:

I – No entendimento do autor, os grandes protestos acontecerão em 2014, quando ocorrerão eleições no Brasil.

II – Para o autor, no momento atual as dificuldades já não são tão grandes quanto as enfrentadas em outros momentos da história brasileira.

III – O elemento de coesão “no qual” (linha 24) está sendo usado para evitar a repetição de “um certo ‘oba-oba juvenil” (linhas 23 e 24).

IV – O uso da palavra “apenas” (linha 38) deixa implícito que para algumas pessoas usar o aumento da redução da tarifa dos transportes coletivos como motivo para protestar é muito pouco.

A alternativa **correta** é:

- I e II.
- I e III.
- I, II e III.
- II, III e IV.
- III e IV.

9. Leia com atenção as asserções a seguir:

I – As expressões “mas sim” (linha 39) e “como também” (linha 40) introduzem ideias que são somadas ao que estava sendo dito.

II – Do trecho “Razão pela qual é justo que, pelo menos, as novas gerações possam, quem sabe, cultivar as suas memórias” (linhas 13 e 14), entende-se que o autor tem certeza sobre a necessidade de as novas gerações cultivarem as suas memórias.

III – As palavras “país” (linha 52) e “também” (linha 40) são acentuadas pelo mesmo motivo.

IV – A palavra “suas” (linha 14), refere-se às memórias das novas gerações.

A alternativa **correta** é:

- apenas a I.
- apenas a II.
- apenas a IV.
- apenas I e III.
- apenas II e III.

10. A alteração na ordem e na pontuação no trecho “Em linhas gerais, há, entretanto, que se fazer valer a democracia.” (linha 47) não causa mudança de significado, **exceto** em:

- Em linhas gerais, entretanto, há que se fazer valer a democracia.
- Entretanto, em linhas gerais, há que se fazer valer a democracia.
- Há que se fazer, entretanto, em linhas gerais, valer a democracia.
- Entretanto, há que se fazer, em linhas gerais, valer a democracia.
- Entretanto, há que se fazer valer a democracia em linhas gerais.

## **PARTE II – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

11. Analise a transcrição a seguir, referente à primeira parte do Artigo 1º da Lei Orgânica do município de Santa Rosa, conforme o disposto “Dos Princípios Fundamentais” na referida Lei.

“Art. 1º. O Município de Santa Rosa, parte integrante da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, organiza-se na sua área territorial e competencial, com fundamento na autonomia, cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do \_\_\_\_\_, na livre iniciativa e no \_\_\_\_\_ . [...]”

Assinale a alternativa que preenche, **correta** e **respectivamente**, as lacunas do artigo:

- país – cidadão.
- povo – pluralismo político.
- trabalho – voto.
- cidadão – livre mercado.
- trabalho – pluralismo político.

12. Analise os itens a seguir e após assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Lei Orgânica Municipal:

I – A Mesa Diretora é o órgão de direção colegiada da Câmara Municipal.

II – A posse do prefeito e do vice-prefeito antecede a posse dos vereadores eleitos.

III – A Mesa Diretora é eleita para o mandato de 1 (um) ano, permitida apenas uma reeleição.

IV – A sessão solene que dará posse aos vereadores eleitos ocorrerá em 1º de janeiro, sob a presidência do vereador mais votado.

- a) apenas I, II e IV estão corretos.
- b) apenas III e IV estão corretos.
- c) apenas I e IV estão corretos.
- d) apenas II e III estão corretos.
- e) apenas o I está correto.

13. Assinale a alternativa **incorreta**, de acordo com a Lei Orgânica Municipal:

- a) O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente não perde o mandato, desde que se licencie do exercício da vereança.
- b) O Vereador que fixar residência fora do município está sujeito à perda do mandato.
- c) Um servidor público municipal eleito vereador que tenha compatibilidade de horário entre o respectivo cargo e a vereança, receberá a remuneração do cargo bem como a que faz jus como vereador.
- d) É vedado ao vereador, desde a posse, celebrar contrato com a administração pública, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- e) O Vereador estará sujeito à perda do seu mandato se proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

14. Com base na “Tributação e Orçamentos”, previstos na Lei Orgânica, considere **V** para Verdadeiro e **F** para Falso nos itens a seguir:

(\_\_\_) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

(\_\_\_) Compete ao município instituir imposto sobre transmissão inter vivos a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos e sua aquisição.

(\_\_\_) É permitido ao município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência ou destino.

(\_\_\_) As leis que estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e, inclusive, os orçamentos anuais, são de iniciativa do Poder Executivo do Município.

(\_\_\_) As diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada serão estabelecidas pela lei que instituirá a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Assinale a alternativa **correta** que apresenta a respectiva sequência:

- a) V, V, F, V, F.
- b) V, V, V, F, F.
- c) F, F, V, V, V.
- d) V, V, F, F, V.
- e) V, V, F, V, V.

15. De acordo com a Lei Orgânica Municipal, qual o percentual da receita resultante de impostos, compreendida aquela proveniente de transferências, que o município deverá aplicar na manutenção e desenvolvimento do Ensino Municipal?

- a) 20%.
- b) 15%.
- c) 5%.
- d) 30%.
- e) 25%.

16. De acordo com a Lei Complementar nº 40, de 03 de abril de 2008, quanto às normas gerais de enquadramento é **correto** afirmar que:

- a) O prefeito municipal nomeará Comissão Paritária de Enquadramento, constituída por, no mínimo 08 (oito) membros, entre representantes da administração municipal e do quadro geral de servidores.
- b) A Comissão será presidida pelo vice-prefeito municipal.
- c) Cabe à Comissão de Enquadramento elaborar as propostas de atos coletivos de enquadramento e encaminhá-las ao prefeito.
- d) O sindicato da categoria não terá participação na entrega da lista de representantes escolhidos dentre os integrantes do quadro geral, cabendo-lhe, apenas, a fiscalização das ações da Comissão.
- e) Do enquadramento, dependendo do caso, poderá resultar em redução de vencimentos.

17. Das Licenças, previstas na Lei Complementar nº 37, de 21 de novembro de 2007, é **correto** afirmar que:

- a) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai ou da mãe, de filho ou enteado e de irmão, de até 05 (cinco) dias, com apresentação de atestado médico que comprove a doença de pessoa da família, contado o prazo a partir da emissão do atestado.
- b) Ao servidor que for convocado para o serviço militar ou outros encargos da segurança nacional, será concedida licença com remuneração.
- c) O servidor ao ser investido em mandato de prefeito será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- d) O servidor investido no mandato de vereador poderá receber as vantagens do seu cargo e também a remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horário entre as duas atividades.
- e) No caso de afastamento do cargo, é vedado ao servidor permanecer como contribuinte do órgão da previdência do município.

18. De acordo com a Lei complementar nº 37, de 21 de novembro de 2007 e suas atualizações, assinale a alternativa **correta**:

- a) Somente poderão ser criados cargos de provimento em comissão para atender encargos de direção, chefia ou assessoramento.
- b) Função gratificada é instituída pelo prefeito e visa premiar os servidores que atingem o grau de excelência no atendimento público.
- c) Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo, para as quais serão reservadas 15% (quinze por cento) das vagas oferecidas.
- d) A previsão de prazo de validade de um concurso público é de, no máximo, 02 (dois) anos, considerando todas as possibilidades de prorrogação.
- e) A nomeação não é uma forma de provimento de cargo público.

19. Julgue os itens abaixo conforme a Lei complementar nº 37, de 21 de novembro de 2007 e suas atualizações:

I – Será concedida, mediante laudo médico, licença à servidora gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, inclusive o adicional de insalubridade, periculosidade ou risco de vida que a servidora faz jus.

II – No caso de natimorto, decorridos trinta dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

III – A licença prevista à servidora gestante poderá, ainda, ser prorrogada por 60 (sessenta) dias, desde que a servidora a requeira até o final do primeiro mês após o parto, sendo concedida imediatamente após a fruição do período legal, previsto na Lei complementar e suas atualizações.

IV – Ao servidor que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança com mais de 01 (um) ano e até 04 (quatro) anos de idade, serão concedidos 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado o prazo por mais 15 (quinze) dias.

Assinale a alternativa **correta** que indica os itens que estão de acordo com os dispositivos legais:

- a) apenas II, III e IV estão corretos.
- b) apenas III e IV estão corretos.
- c) apenas I e IV estão corretos.
- d) apenas I e III estão corretos.
- e) apenas II e III estão corretos.

20. Quanto ao processo administrativo disciplinar, previsto na Lei complementar nº 37, de 21 de novembro de 2007, é **correto** afirmar que:

- a) Dentro do processo administrativo é vedado o indiciado constituir procurador para fazer sua defesa.
- b) O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03 (três) servidores efetivos estáveis, sendo um obrigatoriamente indicado pelo sindicato da categoria, e a autoridade competente indicará destes 3 qual será o presidente da comissão.
- c) O prazo para conclusão do processo não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data do ato que constituir a comissão, admitida a prorrogação por mais 30 (trinta) dias quando as circunstâncias o exigirem, mediante autorização da autoridade que determinou a sua instauração.
- d) Na audiência marcada, a comissão promoverá o interrogatório do indiciado concedendo-lhe, em seguida, o prazo de 03 (três) dias com vistas do processo na repartição para oferecer alegações escritas, requerer provas e arrolar testemunhas, até o máximo de 03 (três), não sendo permitido arrolar testemunhas que sejam servidores públicos.
- e) Os integrantes da comissão processante não poderão ser dispensados dos serviços normais da repartição, devendo atuar no processo em horários distintos para não comprometer o serviço público.

### PARTE III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Um município do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com outros três municípios da região, desenvolvem um projeto comum para o tratamento industrial de lixo coletado em suas respectivas áreas, e pretendem criar uma pessoa jurídica para gerenciar as atividades.

À luz da legislação aplicável, considerando que a atividade não tem fins lucrativos, assinale a alternativa que indique a pessoa jurídica que poderá ser criada:

- a) como se trata de atividade tipicamente estatal, essa pessoa jurídica administrativa deverá ser obrigatoriamente uma autarquia, criada por lei oriunda do maior município celebrante do pacto.
- b) o ordenamento jurídico brasileiro admite, no caso, a criação de um consórcio público, com personalidade jurídica de direito público (denominada associação pública) ou privado.
- c) por se tratar de atividade industrial, o ordenamento jurídico brasileiro admite a criação de empresa pública ou sociedade de economia mista, nos termos do art. 5º do Decreto-Lei nº 200/67.
- d) como se trata de serviço público, essa pessoa jurídica administrativa deverá ser obrigatoriamente uma fundação pública, com personalidade jurídica de direito público ou privado.
- e) os municípios não poderão criar pessoa jurídica para administrar o tratamento industrial de lixo, em hipótese alguma, pois não é admitido pela legislação ambiental.

22. O prefeito municipal cometeu ato ímprobo causando prejuízo financeiro a pequeno município do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no primeiro ano de seu primeiro mandato, sendo reeleito. O prazo prescricional para as ações que visam aplicar sanções da Lei nº 8.429/92 (lei de improbidade administrativa) ao prefeito é:

- a) coincidente com término do primeiro mandato.
- b) de até cinco anos, contados do término do primeiro mandato, já que o segundo mandato configura novo vínculo com a municipalidade.
- c) de até cinco anos, contados da data do ato de improbidade.
- d) de até cinco anos, contados do término do segundo mandato, uma vez que há continuidade do exercício da função de prefeito, por não ser exigível o afastamento do cargo.
- e) imprescritível, em razão do interesse público.

23. Não é característica do contrato administrativo:

- a) restrição, na aplicação do princípio da exceção do contrato não cumprido, ao contratante particular, diante do não cumprimento do contrato pela administração.
- b) presença de cláusulas exorbitantes do direito privado.
- c) faculdade da modificação unilateral do contrato por ambos os contratantes.
- d) faculdade de aplicação de penalidades previstas no contrato, pelo Poder Público, sem prévia intervenção do Poder Judiciário.
- e) garantia da manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

24. Acerca das normas sobre licitações públicas previstas na Lei nº 8.666/93, está **incorreta** a seguinte alternativa:

- a) a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- b) a autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- c) nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.
- d) é dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia, quando o contratante for consórcio público, sociedade de economia mista, empresa pública e autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas, desde que o valor seja de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
- e) em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: a) produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; b) produzidos no País; c) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; d) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

25. Acerca das normas sobre delegação de serviços públicos previstas na Lei nº 8.987/95, está **correta** a seguinte alternativa:

- a) concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- b) concessão de serviço público precedida da execução de obra pública é a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.
- c) permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, na modalidade de concorrência, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- d) considera-se caducidade a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- e) a inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a anulação da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, independentemente de terem sido convencionadas entre as partes.

26. Lei de município gaúcho que regulamenta o funcionamento e fiscalização de restaurantes, bares e similares, estabelece normas sobre padrões de higiene a serem observadas por tais estabelecimentos, o prazo de adequação aos parâmetros fixados e penalidades de multa, suspensão de atividades e cassação do alvará de funcionamento aos infratores, de acordo com a gravidade da infração. Ao regulamentar a lei por decreto municipal, o prefeito ampliou a obrigatoriedade dos preceitos legais a todos os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios. Em fiscalização de rotina, a vigilância sanitária multou algumas padarias sob o argumento de que estavam desrespeitando as normas de higiene previstas na lei. Juridicamente, o ato administrativo que aplicou as penalidades é:

- a) inconstitucional, pois a competência para legislar sobre normas de higiene sanitária é do Estado.
- b) válido, pois está de acordo com o decreto regulamentar.
- c) válido, pois desrespeitar normas de higiene contraria o interesse público.
- d) inválido, pois a vigilância sanitária não pode restringir a livre iniciativa, cabendo a ela, unicamente, determinar a adequação às normas desrespeitadas.
- e) inválido, já que o decreto, ao regulamentar a lei, extrapolou os limites legais.

27. A Pousada Recanto do Sossego funciona há uma década em um município ao norte do Estado do Rio Grande do Sul. Gozando de boa reputação o empreendimento, os antigos proprietários transferem sua titularidade a novos empreendedores, os quais promovem uma ampla reforma, passando a ofertar novas diversões aos clientes. Três meses após a reinauguração, o município recebe a denúncia de que o empreendimento tornou-se local de exploração de prostituição. Caso confirmada a denúncia, o alvará concedido poderá ser retirado mediante:

- a) contraposição.
- b) revogação.
- c) caducidade.
- d) anulação.
- e) cassação.

28. Acerca das normas constitucionais e da supremacia da Constituição, marque a alternativa **correta**:

- a) o preâmbulo do texto constitucional federal, por possuir força jurídica, pode ser paradigma comparativo para a declaração de inconstitucionalidade de determinada norma infraconstitucional, inclusive por se tratar de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.
- b) de acordo com a tradicional classificação das normas constitucionais, são de eficácia limitada, no tocante à aplicabilidade, aquelas em que o legislador constituinte regula suficientemente os interesses concernentes a determinada matéria, mas deixa margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos em que a lei estabelecer ou na forma dos conceitos gerais nela previstos.
- c) o STF admite a teoria da inconstitucionalidade superveniente de ato normativo produzido antes da nova constituição e perante o novo dispositivo paradigma, nela inserido.
- d) a norma constitucional segundo a qual não há prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, segundo entendimento do STF, não é de eficácia restritivo.
- e) em decorrência do princípio da supremacia da Constituição, as normas constitucionais estão no vértice do sistema jurídico nacional, de modo que a elas compete, entre outras matérias, disciplinar a estrutura e a organização dos órgãos do Estado.



29. Considerando o teor das súmulas vinculantes editadas pelo STF, está **correto** o que se afirma na seguinte alternativa:

- a) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- b) o cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.
- c) a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- d) é constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- e) é constitucional a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.

30. Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa **correta**:

- a) eventual impugnação em abstrato de lei municipal em face da Constituição Federal deve ser feita por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Tribunal de Justiça.
- b) a competência para processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto lei ou ato normativo municipal que contrarie previsões expressas na Constituição Estadual, desde que constituam mera repetição de disposição prevista na Constituição Federal, é do STF.
- c) considerando que a lei orgânica seja equivalente, no município, à sua Constituição, se uma lei ordinária municipal ferir o disposto na lei orgânica do município, então essa lei ordinária estará sujeita ao sistema de controle de constitucionalidade.
- d) na afronta simultânea de dispositivos previstos na Constituição Federal e na Constituição Estadual por lei municipal, mesmo em se tratando de preceitos de repetição obrigatória, a competência para processar e julgar originariamente eventual ação direta de inconstitucionalidade será do Tribunal de Justiça do Estado.
- e) ao prefeito municipal, segundo entendimento do STF, é reconhecida legitimidade ativa para o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental, não obstante a ausência de sua legitimação para a ação direta de inconstitucionalidade.

31. Acerca da intervenção no município, marque a alternativa **correta**:

- a) município gaúcho foi condenado, em decisão judicial transitada em julgado no primeiro trimestre do ano de 2007, a pagar verba alimentícia a Malaquias. Embora o valor do crédito tenha se submetido ao regular procedimento das execuções contra a fazenda pública, o valor inserto no precatório ainda não foi pago. O município justifica sua inadimplência na existência de outros precatórios mais antigos e da mesma natureza e na insuficiência de recursos no orçamento. Se o presidente da República tomasse conhecimento do caso narrado, poderia intervir diretamente no município citado.
- b) ao dispor a respeito do princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, a Constituição Federal de 1988 afastou o direito de secessão das unidades da Federação, podendo a União, quando demonstrada a intenção de rompimento do pacto federativo, intervir nos municípios para manter a integridade nacional.
- c) a intervenção do estado no município tem caráter excepcional e é permitida nas hipóteses previstas na Constituição Federal de 1988 e eventualmente estabelecidas na respectiva constituição estadual.
- d) caso um estado da Federação descumpra o princípio constitucional da autonomia municipal, estará sujeito à intervenção da União. Nessa hipótese, é dispensada a apreciação da medida interventiva pelo Congresso Nacional, e o decreto limita-se a suspender a execução do ato impugnado, se a medida bastar ao restabelecimento da normalidade.
- e) o chefe do Poder Executivo federal tem competência para decretar a intervenção em qualquer município situado em toda a extensão do território nacional, enquanto o chefe do Poder Executivo estadual tem competência para decretar a intervenção nos municípios instalados em sua área de atuação.

32. Acerca da contribuição de melhoria, marque a alternativa **correta**:

- a) contribuição de melhoria pode ser cobrada do proprietário do imóvel independentemente de valorização imobiliária, desde que obra pública beneficie o imóvel.
- b) a contribuição de melhoria tem como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para o imóvel beneficiado.
- c) a contribuição de melhoria é devida em função da prestação de serviços públicos divisíveis.
- d) sempre que o Município realizar a construção de pontes e viadutos nasce para os proprietários dos imóveis que se situam nas áreas vizinhas a obrigação de pagar contribuição de melhoria.
- e) somente a União e os Estados podem instituir contribuições de melhoria.

33. Acerca das prescrições constitucionais sobre a Administração Pública, marque a alternativa **incorreta**:

- a) com base no princípio da eficiência e em outros fundamentos constitucionais, o STF entende que, excluídos os cargos de natureza política, está vedada a nomeação subalterna de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau em qualquer âmbito governamental.
- b) os estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência para disciplinar a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.
- c) considere que o prefeito municipal de um pequeno município tenha nomeado seu irmão, Melchior, que possui formação superior na área de engenharia, para o cargo de secretário municipal de obras. Pressupondo-se que Melchior atenda a todos os requisitos legais para a referida nomeação, conclui-se que esta não vai de encontro ao posicionamento adotado em recente julgado do STF.
- d) o nepotismo corresponde a prática que pode violar o princípio da moralidade administrativa. A esse respeito, de acordo com a jurisprudência do STF, seria inconstitucional ato discricionário de prefeito municipal que nomeasse seu irmão para o exercício do cargo de secretário municipal de meio ambiente.
- e) a vedação ao nepotismo não exige edição de lei formal, segundo entendimento do STF, visto que a proibição é extraída diretamente dos princípios constitucionais que norteiam a atuação administrativa.

34. Acerca da organização político-administrativa estabelecida constitucionalmente, marque a alternativa **incorreta**:

- a) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão por lei federal e serão submetidos pela população diretamente interessada a referendo popular.
- b) o prefeito deverá promover o repasse dos recursos financeiros destinados à câmara de vereadores até o dia 20 de cada mês; a ausência do repasse até essa data constitui crime de responsabilidade.
- c) por serem dotados de autonomia própria, os municípios apresentam capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e competências legislativas específicas, como a de legislar acerca da vocação sucessória dos cargos de prefeito e vice-prefeito, em caso de dupla vacância.
- d) a criação de municípios demanda, além de outros requisitos constitucionais, a edição de lei estadual que, mesmo após a respectiva aprovação por parte da assembleia legislativa, pode ser vetada pelo governador do estado.
- e) na Constituição Federal de 1988 verifica-se orientação geral no sentido da descentralização das políticas sociais, tais como saúde, educação, saneamento e habitação, caracterizada pelo estabelecimento de competências em razão da predominância do interesse. Significa que os governos locais estão mais próximos da população e isso facilita o planejamento, a implementação e o controle social em relação a essas políticas.

35. Marque a alternativa **incorreta**:

- a) a Constituição Federal, em seu artigo 167, ao vedar a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, consagra o princípio orçamentário da “não-afetação das receitas”.
- b) o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais serão formalizados mediante leis de iniciativa do Poder Executivo.
- c) na Federação brasileira, a competência para legislar sobre direito financeiro é privativa da União.
- d) é característica da lei de diretrizes orçamentárias, segundo a Constituição Federal de 1988, definir as metas e prioridades da administração pública federal.
- e) a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

36. Sobre os tributos municipais, marque a alternativa **incorreta**:

- a) é inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.
- b) a Constituição traça uma dupla progressividade para o IPTU, a progressividade em razão do imóvel e em razão do tempo.
- c) em relação ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios, cabe a lei complementar fixar as suas alíquotas máximas e mínimas; excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior; e regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- d) compete aos Municípios instituir imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- e) acerca do IPTU é correto afirmar que a base de cálculo é o valor real do imóvel.

37. Sobre a repartição de receitas tributárias, marque a alternativa **correta**:

- a) a União entregará ao Fundo de Participação dos Municípios vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza, sobre produtos industrializados e sobre propriedade territorial rural.
- b) a União entregará aos Municípios vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência residual atribuída pelo artigo 154, I, da Constituição Federal.
- c) compete ao Tribunal de Contas da União o cálculo das quotas do Fundo de Participação dos Municípios.
- d) pertence aos municípios cinquenta por cento (50%) do produto da arrecadação do imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.
- e) pertence aos municípios vinte e cinco por cento (25%) do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

38. Sobre a competência tributária, marque a alternativa **correta**:

- a) a competência tributária, a teor do que dispõe o Código Tributário Nacional, é indelegável. Isso significa que um ente tributante não pode instituir tributo, arrecadar ou fiscalizar tributos que seja da competência tributária de outro.
- b) não viola as regras do Código Tributário Nacional e da Constituição Federal a instituição de lei estadual sobre tributo da competência de seus Municípios, que contenha apenas normas gerais sobre o mesmo tributo.
- c) é permitido ao Distrito Federal e aos Municípios instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- d) a competência tributária não exercida por um ente da Federação poderá ser delegada a outro.
- e) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm competência para instituir impostos, taxas, contribuição de melhoria e contribuição de intervenção no domínio econômico, que a Constituição Federal lhes reserva.

39. Acerca das normas estabelecidas no Estatuto da Cidade, está **incorreta** a seguinte alternativa:

- a) o proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.
- b) o direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, será estabelecido em lei municipal baseada no plano diretor, a qual delimitará as áreas em que incidirá o direito e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.
- c) lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas, conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.
- d) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no Estatuto da Cidade.
- e) o plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, integra o processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas e regular apenas a área urbana do território municipal.

40. Analise as alternativas abaixo e marque a **correta**:

- a) qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- b) é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- c) a disciplina constitucional de proteção do meio ambiente estabelece que são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos municípios, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- d) para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos da Constituição, incumbe ao Poder Público, entre outras medidas, a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- e) a disciplina constitucional de proteção do meio ambiente estabelece que as usinas estaduais que operem com reator nuclear, desde que de acordo com o Plano Nacional de Proteção Ambiental, poderão ter sua localização definida em lei estadual.

41. Com referência a parcerias público-privadas, de acordo com a Lei nº 11.079/2004, está **correta** a seguinte alternativa:

- a) a contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.
- b) concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a administração pública seja a usuária direta ou indireta, desde que não envolva o fornecimento e a instalação de bens.
- c) é permitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública, desde que o período de prestação do serviço seja superior a cinco anos.
- d) antes da celebração do contrato de parceria público-privada, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, que terá de assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado.
- e) parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou comum.

42. Julgue os itens a seguir, no que se refere ao meio ambiente, e marque a alternativa **correta**:

- a) a pesquisa científica a ser desenvolvida nas reservas biológicas não depende de autorização administrativa do órgão responsável pela unidade, mas apenas da observância das condições estabelecidas em regulamento.
- b) a Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, constituída por terras públicas, com nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
- c) Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.
- d) a Reserva Legal deve ser conservada com cobertura florestal, nativa ou não, pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.
- e) a área de Reserva Legal não necessita de registro no órgão ambiental competente, embora seja vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento, com as exceções previstas nesta Lei.

43. A respeito da Política Nacional do Meio Ambiente, marque a alternativa **incorreta**:

- a) os princípios a serem atendidos pela Política Nacional do Meio Ambiente incluem racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; e acompanhamento do estado da qualidade ambiental.
- b) os órgãos locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) são órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades suscetíveis de provocar a degradação ambiental; é o caso da Fepam, no Rio Grande do Sul.
- c) o proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.
- d) o instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental deve incluir, no mínimo, os seguintes itens: memorial descritivo da área da servidão ambiental, contendo pelo menos um ponto de amarração georreferenciado; o objeto da servidão ambiental; direitos e deveres do proprietário ou possuidor instituidor; prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental.
- e) concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental, zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais e incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental, são Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

44. Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos na Constituição Federal de 1988:

- a) deverão ser obedecidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes dos Municípios.
- b) deverão ser obedecidos apenas pela administração pública direta e indireta do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) são de livre observância pela administração pública direta dos Estados e Municípios.
- d) deverão ser obedecidos apenas pela administração pública direta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) não precisam ser observados pelas pessoas de direito privado da administração pública indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

45. Quanto aos bens públicos, marque a alternativa **correta**:
- a) os bens públicos dominicais podem ser objeto de usucapião.
  - b) bens públicos municipais abandonados podem ser usucapidos por particulares.
  - c) bens públicos podem ser usucapidos, somente na modalidade de usucapião especial urbano.
  - d) bens públicos não estão sujeitos à usucapião.
  - e) o uso comum dos bens públicos sempre será gratuito, conforme estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
46. Marque a alternativa **correta**. No processo civil, os prazos para o Município recorrer e contestar são:
- a) todos computados em dobro.
  - b) computados em quádruplo para recorrer e em dobro para contestar.
  - c) todos computados em quádruplo.
  - d) computados em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar.
  - e) computados em dobro para contestar e em triplo para recorrer.
47. Marque a alternativa **correta**. No processo cautelar:
- a) a sentença cautelar, em todos os feitos cautelares, faz coisa julgada formal e material.
  - b) a sentença cautelar não faz coisa julgada.
  - c) acolhida prescrição ou decadência, a sentença cautelar faz coisa julgada material.
  - d) a sentença cautelar não faz, em nenhuma situação, coisa julgada material.
  - e) a sentença cautelar não pode ser objeto de recurso de apelação, cabendo apenas a oposição de embargos de declaração.
48. Quanto aos recursos cíveis, marque a alternativa **correta**:
- a) o Município é dispensado do preparo recursal.
  - b) o recurso adesivo não é facultado ao município.
  - c) os embargos de declaração terão prazo máximo de 5 (cinco) dias para ser opostos pelo Município.
  - d) o recurso especial, interposto pelo Município, deverá ser dirigido ao Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal recorrido, e será julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
  - e) todos os recursos cíveis interpostos pelo Município serão recebidos no duplo efeito.
49. Marque a alternativa **correta**. São títulos executivos extrajudiciais:
- a) apenas sentenças transitadas em julgado.
  - b) nota promissória, sentença homologatória e cheque.
  - c) apenas documentos assinados pelas partes com firma reconhecida.
  - d) instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, acordo homologado por sentença e duplicata.
  - e) letra de câmbio, cheque e certidão de dívida ativa da Fazenda Pública.
50. Quanto à adjudicação, no Processo de Execução, é **correto** afirmar que:
- a) é lícito ao exequente, oferecendo preço sempre menor ao da avaliação, requerer a adjudicação dos bens penhorados.
  - b) havendo mais de um pretendente, proceder-se-á entre eles à licitação.
  - c) é vedado ao exequente a adjudicação de bens móveis.
  - d) o juiz somente concederá a adjudicação após o insucesso da hasta pública.
  - e) não é possível adjudicar bem imóvel sem a intimação dos confinantes do imóvel adjudicado.
51. Com relação ao Mandado de Segurança, assinale a assertiva **correta**:
- a) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
  - b) os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas data.
  - c) o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
  - d) o ingresso de litisconsorte ativo só será admitido após o despacho da petição inicial.
  - e) concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

52. Quanto aos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, previstos no Livro IV do Código de Processo Civil, marque a alternativa **incorreta**:
- a) a ação de depósito tem por fim exigir a restituição da coisa depositada.
  - b) a ação de prestação de contas compete a quem tem o direito de exigir as contas, bem como a quem tem a obrigação de prestar as contas.
  - c) os Embargos de Terceiro podem ser apresentados na modalidade de denúncia à lide, nomeação à autoria, oposição, assistência e chamamento ao processo.
  - d) na ação de depósito, se o réu contestar a ação, observar-se-á o procedimento ordinário.
  - e) é lícita a cumulação das ações de divisão e demarcação. Neste caso, deverá processar-se primeiramente a demarcação total ou parcial da coisa comum, citando-se os confinantes e condôminos.
53. Referente à prescrição prevista no Código Civil, marque a alternativa **correta**:
- a) prescreve em três anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
  - b) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
  - c) prescreve em cinco anos a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.
  - d) prescreve em quatro anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos.
  - e) prescreve em cinco anos a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.
54. Em relação às pessoas jurídicas, é **incorreto** afirmar:
- a) as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
  - b) prescreve em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
  - c) as pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
  - d) organizações religiosas e partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.
  - e) são pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
55. Quanto às provas, previstas no Código Civil, marque a alternativa **incorreta**:
- a) a confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.
  - b) não podem ser admitidos como testemunhas os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade, ou afinidade.
  - c) ninguém pode ser obrigado a depor sobre fato a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar segredo.
  - d) não tem eficácia a confissão se provém de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.
  - e) a recusa à perícia médica ordenada pelo juiz jamais suprirá a prova que se pretendia obter com o exame.
56. Referindo-se ao Código de Defesa do Consumidor, marque a alternativa **correta**:
- a) a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo apenas individualmente.
  - b) o fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão de obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços. Uma vez aprovado pelo consumidor, o orçamento obriga os contraentes e somente pode ser alterado mediante livre negociação das partes.
  - c) é facultada a publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.
  - d) não é exigido dos fabricantes e importadores assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.
  - e) são anuláveis as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.
57. Em relação à posse, marque a alternativa **correta**:
- a) o possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho, restituído no caso de turbação, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.
  - b) não é de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
  - c) a posse não se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
  - d) é justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
  - e) toda e qualquer posse enseja o usucapião.

58. Referente ao Processo Civil assinale a alternativa **correta**:

- a) a infidelidade do depósito, consoante entendimento majoritário dos Tribunais Superiores, enseja a prisão civil.
- b) o litisconsórcio ocorre quando as mesmas partes (autor e réu) já litigam em outra ação, com objeto idêntico e a mesma causa de pedir.
- c) o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa, chama-se citação.
- d) é nulo o processo, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- e) feita a citação, é facultado ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu.

59. Referente à extinção do processo com resolução de mérito (art. 269 do CPC) e sem resolução de mérito (art. 267 do CPC), assinale a alternativa **incorreta**:

- a) prescrição e decadência são causas de extinção do processo com resolução de mérito.
- b) não haverá resolução de mérito quando as partes transigirem.
- c) se o réu reconhecer a procedência do pedido ocorre a extinção com resolução de mérito.
- d) a renúncia do autor sobre o direito que se funda a ação implica em extinção do processo com resolução de mérito.
- e) a desistência da ação pelo autor, antes da citação do réu, acarreta a extinção do processo sem resolução de mérito.

60. Referente à resposta do réu, no Processo de Conhecimento, marque a alternativa **correta**:

- a) o prazo para contestar, em todas as ações cíveis, é de 15 (quinze) dias.
- b) oferecida a reconvenção, o autor reconvido será intimado sempre pessoalmente, para contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias.
- c) quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar.
- d) se o autor desiste da ação, a reconvenção resta prejudicada, sendo também extinta.
- e) somente na exceção de suspeição, a petição pode ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.

-----destacar-----

**GRADE-RASCUNHO PARA DESTACAR**  
**Concurso Público nº 01/2013 – Santa Rosa**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

**PROVA TEÓRICA 04/08/2013**

*Entidade Executora: FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do RS*  
*Site: <http://www.unijui.edu.br/asc/concursos-publicos>*